

Mundos Torcidos: diferenças entre crioulos e africanos na dinâmica da construção de comunidades de grandes propriedades no Sudeste brasileiro do século XIX.

Twisted worlds: differences between African and Creole in the dynamics of building communities of large properties in the Southeast of Brazil of the nineteenth century.

Carlos Engemann¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar elementos constitutivos das relações entre grupos de escravos oriundos da diáspora africana e seus pares nascidos no Brasil, em busca de um padrão cultural e de fundamentos morais que organizariam as diferenças instauradas no cativo, buscando compreender um pouco mais a dinâmica do manuseio de patrimônios imateriais, quer trazidos na travessia do Atlântico, quer produzidos nas senzalas brasileiras. Para tanto, foram selecionados, por simples conveniência de método, alguns dos maiores proprietários de escravos do Vale do Paraíba fluminense e foram usadas algumas fontes já clássicas no estudo da escravidão, em especial: inventários *post-mortem*, lista de batismos e de óbitos e processos crimes.

Palavras-chave: Diáspora africana, escravidão, Vale do Paraíba, comunidade escrava

Abstract: This work aims to identify and analyze components of relations between slaves groups from the African Diaspora and their descendants born in Brazil. Searching of a cultural model and a moral foundation that organized the differences established in captivity, trying to understand a little more the dynamics of the management of intangible heritage, whether brought in crossing the Atlantic, whether produced in the Brazilian slave quarters. For both, were selected by simple convenience of method, some of the largest slave owners of the Vale do Paraíba Fluminense and some sources have been used in the classic study of slavery, in particular: post-mortem inventories, list of baptisms and deaths and process crimes.

Key-words: African diaspora, slavery, Vale do Paraíba, slave community

*Eu pisei na pedra
E a pedra bambeou,
O mundo estava torto,
A rainha endireitou.*

Canção de Jongo

¹ Professor do Programa de Mestrado da Universidade Salgado de Oliveira.

Mundos que se chocam e se torcem.

De fato, o mundo certamente parecia torto para os homens e as mulheres, de todas as idades, que aportavam nos mercados de escravos na América. Entretanto, a torção começara muito antes, quando capturados e aprisionados em terras ainda familiares. Atados aos pares, com forquilhas ao pescoço, e a caminho da costa – por certo com mente povoada de especulações acerca de sua aldeia, provavelmente alvo de uma razia – o mundo parecia mesmo de ponta-a-cabeça, virado e de difícil decifração. Uma das possibilidades era, sem dúvida, clamar aos orixás em busca de um pouco de ordem no caos que se instaurava. Embora as histórias das caminhadas até a costa fosse bastante conhecida, é possível supor que raramente alguém se imaginava percorrendo aquele caminho. Como ocorre com todas as desgraças, quer se crer sempre que isso seja uma daquelas coisas que só acomete aos outros, mas contra as quais somos razoavelmente imunes. Com a poeira do chão tingindo-lhes a pele negra com tons múltiplos, a cada passo o mundo dava uma volta, a grande dúvida seria de onde viria a Rainha para endireitá-lo.

Atravessada a Kalunga do Atlântico, e uma vez aportados, algo havia de se fazer, ainda que fosse esboçar um desejo, uma esperança. Pascoe Grenfell Hill identificou nos cativos recém-chegados, expostos ao exame dos arrematadores durante um leilão, “um ar de obstinação [que] parecia expressar seus sentimentos de degradação por estarem sendo postos à venda”.² Quiçá este ar de obstinação também revelasse um desapontamento com a imobilidade que a situação lhes imputava. Até que pudessem, por exemplo, ver os seus nomes cristãos e a descrição de seus corpos estampados em um dos muitos anúncios de fugas de escravos que freqüentavam as páginas do *Jornal do Commercio* ou esquadrinhar alguma outra estratégia possível, demandaria algum tempo, demandaria alguma ordem.

A respeito do que fazer, Mahoma Gardo Baquaqua diz que seu plano primeiro era ser um bom escravo, para tentar embutir na alma de seu futuro proprietário o desejo de ser um bom senhor.³ Esta estratégia era uma das muitas que Baquaqua deve ter assistido na própria África, onde a escravidão era instituição multiseccular.⁴ Embora esta tenha sido sua primeira escolha, por certo não era a única que conhecia. A resistência ao cativo também era uma possibilidade real na África. Segundo as pesquisas de José Curto, houve entre

² HILL, Pascoe Grenfell. *Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006. p. 26.

³ BAQUAQUA, Mahoma Gardo. *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1977.

⁴ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

1846 e 1876 mais de 3.000 fugitivos recapturados em Angola⁵, uma das principais áreas de saída de africanos para o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX⁶. A existência de 100 escravos, em média, fugidos ao ano aponta para uma cultura de reação ao cativo também no lado africano do Atlântico.

Eis o que se lê no *Boletim Oficial de Angola*, jornal governamental português: “Existe em depósito na cadeia pública, um escravo fugido de nome Ngunga, capturado em Cambambe, o qual diz pertencer ao morador de Ambaca, o Quinginge.”⁷ Embora frustrada, a fuga de Ngunga é emblemática. Uma porção significativa da historiografia da escravidão no Brasil se habituou a pensar a resistência escrava, e em especial a fuga, como uma estratégia endógena ao mundo colonial, forjada no suplício dos açoites e nas dores dos ferros e troncos. No entanto se, ao caso de Ngunga, acresce-se o de Baquaqua, fica evidente que tanto a negociação quanto o conflito não são novidades para os desembarcados. Talvez, parafraseando a *Fala do Trono de 1867*, tudo fosse uma questão de “*forma e oportunidade*”.

Não nos é possível saber até onde cada indivíduo trazido de alguma das milhares aldeias africanas teve de suportar a torção de seu mundo, essa informação ficará sepultada para sempre no indizível das dores e das amarguras humanas. No entanto, de modo hobbesiano, postula-se aqui que, para além da imobilidade da dor, o maior interesse de cada cativo trazido, em qualquer dos vários momentos na sua trajetória pelo escravismo brasileiro – mesmo na eventual fuga –, era recompor um cenário de regularidade em sua nova vida. Só é possível afirmá-lo por ilação, é verdade, mas é igualmente verossímil postular que, ao menos na condição de anomia provisória em que se encontra o boçal, exposto ao escrutínio público no andar de baixo do sobrado do comerciante, não havia muitas estratégias a serem pensadas. Mais que isso, havia um número ainda menor delas que fosse possível executar. Por outro lado, como a escravidão era conhecida, o projeto escravista de Baquaqua faz tanto sentido, quanto a fuga de Ngunga. A partir da compra, momento de introdução efetiva do cativo no mundo escravista colonial, abria-se um novo universo, ainda que lhe parecesse torto, virado e carente de ser endireitado. E de fato o fosse.

*Tinha de ser eu,
Ser ausente a tudo,
Um enviado da terra,
Reduzido a cansaço,
Alberto da Costa e Silva*

⁵ CURTO, J. “Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876”. in AFRO-ÁSIA. Número 033. 2005. pp. 67-86.

⁶ KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras. 2000. p. 45.

⁷ Idem. p. 75.

Homens reduzidos a cansaço levam a vida que podem

Longa seria a trajetória que levaria o boçal a compreender o mundo colonial e se ladinizar. Vários obstáculos se interporiam no trajeto que ia de sua condição primeira, o boçal, ao ladino domínio e manejo de todos os códigos culturais necessários à sobrevivência e ao entabulamento de suas estratégias, fossem elas quais fossem. Por certo um dos obstáculos mais difíceis seria situar-se na delicada e complexa diagramação social vigente. Seguindo a pista de autores como João Luís Fragoso Ribeiro, Manuel Hespanha e Fernanda Bicalho,⁸ entre outros, é possível tomar a sociedade luso-brasileira, no período escravista, como uma sociedade com concepções corporativas do poder e das relações sociais. A sociedade seria, então, um corpo articulado e hierarquizado, de forma a se conceber naturalmente ordenada, dotada de segmentos com funções próprias e irreduzíveis.⁹ Nesse sentido, segundo Hebe Mattos, a expansão do Império português, movida pela propagação da fé católica, se daria pela incorporação das populações conversas por meio “de categorias classificatórias que definissem a função e o lugar social” desses grupos incorporados.¹⁰ Desse modo, a escravidão seria uma das formas de absorver populações alcançadas pela ação expansionista da sociedade católica, que necessitava de um lugar próprio na sua cosmogonia hierárquica e corporativa para aqueles que ela pretensamente ambicionava conduzir aos portais celestes. Dito de outro modo, uma vez que a expansão da fé católica almejava atingir populações inteiras, era necessário inseri-las também do ponto de vista mental nos quadros taxonômicos da sociedade que os incorpora.

A partir desta percepção da sociedade do Antigo Regime, interessa-nos desvendar um pouco mais como se opera o processo de estabelecimento de uma população estrangeira no interior dessa sociedade corporativa e o posicionamento destes em relação à chegada de novos contingentes pelo nascimento de novas gerações. Para este estudo, tomamos as grandes propriedades do século XIX do Vale do Paraíba na província do Rio de Janeiro. Justificamo-nos: o que estamos aqui tratando como grandes propriedades são escravarias com um grande contingente populacional concentrado ou distribuído em fazendas de um mesmo senhor. A rigor, são plantéis com algo em torno de cem escravos ou mais. Esta opção se deu em função da existência de um *corpus* documental que disponibiliza de forma direta os dados acerca de cada possível comunidade: os inventários

⁸ FRAGOSO, João, GOUVÊA, Fátima e BICALHO, Fernanda (2001). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁹ XAVIER, Ângela B. e HESPANHA, Antonio M. “Representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal. Antigo Regime*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, pp.121-145.

¹⁰ MATTOS, Hebe M. “A escravidão moderna nos quadros do Império português”. In: FêS”. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Fátima e BICALHO, Fernanda (2001). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. p.144.

post-mortem dos grandes cafeicultores. Assim, se pode reunir um considerável conjunto destas potenciais comunidades de modo mais eficiente do que com a reunião de pequenos plantéis, onde também poderiam ser encontradas comunidades. Contas feitas, boa parte dos grandes plantéis de escravos da província do Rio de Janeiro encontravam-se na região do Vale do Paraíba, de onde selecionamos, pela sua expressividade, duas das principais cidades aglutinadoras destes barões do café: Vassouras e Paraíba do Sul.

A primeira contagem dos registros disponíveis está expressa na tabela 1. Dentre as muitas leituras possíveis, observa-se que o percentual de africanas é superado pelo de crioulas no quinquênio imediatamente posterior ao fim do tráfico. Com um contingente variando entre um sexto e metade do volume de africanos – dada a seletividade do tráfico – o percentual das mulheres nascidas do outro lado do Atlântico ao adquirir uma tendência de declínio, tão logo cessa o tráfico, é imediatamente superado pelo percentual de crioulas. Com os homens o quadro é tendencialmente o mesmo, embora a distorção populacional gerada pelo tráfico só permita que se observe o mesmo fenômeno duas décadas depois da Lei Euzébio de Queiroz.

Tabela 1: Africanos e Crioulos de grandes propriedades do Vale do Paraíba por sexo, origem e quinquênio (1830-1879).

Quinquênio	Crioulos		Crioulas		Africanos		Africanas		Totais
	#	%	#	%	#	%	#	%	
1830-1834	16	16.2	16	16.2	51	51.4	16	16.2	99
1835-1839	110	13.9	119	15.1	428	54.3	132	16.7	789
1840-1844	141	9.6	137	9.4	808	51.2	278	19.0	1364
1845-1849	101	9.3	81	7.5	632	58.4	269	24.8	1083
1850-1854	117	18.1	106	16.4	297	46.0	126	19.5	646
1855-1859	379	26.0	316	21.7	567	39.0	192	13.3	1454
1860-1864	670	25.4	543	20.6	975	36.9	453	17.1	2641
1865-1869	73	33.0	50	22.6	83	37.6	15	6.8	221
1870-1874	992	35.0	947	33.4	584	20.6	315	11.0	2838
1875-1879	404	34.7	366	31.5	268	23.1	124	10.7	1162
Totais	3003	24.4	2681	21.8	4693	38.2	1920	15.6	12297

* Para evitar distorções, não foram incluídos os anos de 1829 e 1880 presentes na amostra, nem os escravos que não possuíam indicação de procedência. Fontes: Inventários *Post Mortem* – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/RJ) e Centro de Documentação Histórica (Vassouras/RJ)¹¹

Algo que os dados também estão a indicar é que, para o conjunto de plantéis tomados, sendo o menor com pouco menos de cem cativos e o maior com quase setecentos, é que a diferença de proporções entre africanos e africanas variou consideravelmente mais do que a diferença de proporções entre crioulos e crioulas. O que significa dizer que, uma vez que se estabeleça a tendência à endogamia observada em

¹¹ Agradecemos profundamente ao Prof. Manolo Florentino (UFRJ), Profa. Dra Ana Lugão (UFRJ), Prof Dr. Ricardo Salles (UERJ/FFP) e Prof. Ms. Magno Borges (USS) pela concessão de partes de seus bancos de dados que, agregados aos nossos próprios, compuseram o total da amostra.

alguns estudos¹², os solitários teriam de ser, de modo geral, os africanos. Crioulos, crioulas e africanas dispunham, ao menos numericamente, de maiores chances de obter parceiros para mitigar a dor do cativo. Numericamente falando, sobriam algo em torno de 20% a 30% dos escravos que, por serem africanos, seriam necessariamente estrangidos a amargar o pão do cativo regado à solidão. De nada valeria a brusca queda da população africana que se segue ao quinquênio 1865-1869, quando se observa um decréscimo próximo da metade da população de africanos. A proporção entre crioulos e crioulas é muito semelhante, reduzindo a possibilidade de crioulas disponíveis no mercado matrimonial.

No entanto, a realidade parece ser mais complexa. A Tabela 2 demonstra que, no que tange a capacidade de conseguir esposas, os africanos eram bem sucedidos em um décimo dos casos, ao passo que só 5% dos crioulos eram casados. Entre as mulheres se dá algo semelhante: se comparadas às crioulas, quase três vezes mais africanas possuem um companheiro. Fácil explicar: a média das idades de escravos nascidos no Brasil era de cerca de 18 anos; entre os que vieram da África a média de idade era mais que o dobro, passando dos quarenta anos. Logo, entre os crioulos havia muito mais cativos que sequer haviam atingido a idade de se casar, ou estabelecer uma relação assemelhada.

Tabela 2: Africanos e Crioulos de grandes propriedades do Vale do Paraíba por sexo, origem e condição marital (1829-1880).

Condição marital	Crioulos		Crioulas		Africanos		Africanas		Total
	#	%	#	%	#	%	#	%	
Casados	255	4,2	302	6,7	525	11,0	399	20	1481
Viúvos	5	0,1	9	0,2	10	0,2	12	0,6	36
Solteiros*	5743	95,7	4095	93,1	4223	88,8	1552	79,4	15613
Total	6003	100	4406	100	4758	100	1963	100	17130

* Foram assumidos como solteiros os casos em que não há descrição explícita de vínculo marital.

Fontes: Inventários *Post Mortem* – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/RJ) e Centro de Documentação Histórica (Vassouras/RJ)

Dos escravos que foram assinalados como casados, conhecemos a origem do cônjuge de apenas 1390, ou seja, pouco menos que setecentos casais.¹³ Curiosamente, em nossa amostra, os cativos que mais tendem à endogamia são as africanas – com praticamente 90% dos casos – e os crioulos – endogâmicos em cerca de 80% dos matrimônios. Ao passo que menos metade das crioulas casadas, o foram com alguém vindo da África e cerca de 30% dos africanos se casaram com uma escrava que nunca havia visto o outro lado do Atlântico. Desse modo, é possível postular que em função do maior número

¹² Cf. FLORENTINO, Manolo e GÓES, J. Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

¹³ Há quatro escravos casados cujos nomes estavam completamente ilegíveis e, portanto, a sua origem também é ignorada. Os casais em que um dos cônjuges, ou ambos, são de origem impossível de se determinar não foram computados.

e da idade mais avançada, os africanos tivessem sua demanda pela consecução de matrimônio atendida em primeiro lugar, desposando praticamente todas as africanas passadas pelo matrimônio e ainda quase um terço das crioulas na mesma condição.

Os africanos cuja existência foi capturada por algum inventário quando contavam mais de 16 anos, idade do mais jovem escravo casado em nosso arquivo, 34% da amostra de que dispomos, talvez estivessem mais disponíveis ao casamento que os apenas 27% de crioulos. No entanto, as africanas, as que mais freqüentemente se casavam, já que um quinto delas tinha marido, representam apenas 15% dos cativos em idade de obter um cônjuge. Logo, o critério na escolha de cônjuges é provavelmente de outra ordem que não apenas demográfica.

Um dos fatores que por certo poderiam influenciar a escolha dos cônjuges era a ordem de elementos culturais manipuladas pelos pretendentes. Os desdobramentos destes elementos culturais passam pelas mais cotidianas das coisas, desde o significado de certos gestos e palavras até a partilha de histórias e de sensibilidade religiosa. Nesse sentido, os africanos e africanas ladinizados deveriam levar uma considerável vantagem sobre os que só tiveram contato com a cultura local. Ao se adaptarem aos códigos culturais, dominando razoavelmente as simbologias da cultura escrava brasileira, os africanos tornaram-se aptos a dialogar com ambas as origens de cônjuges. Talvez por isso, considerando que a escolha fosse das mulheres, quase metade das crioulas pôde se casar com um africano, enquanto apenas um décimo das africanas aceitaram casar-se com crioulos.¹⁴ Considerando, por outro lado, que o homem tivesse o privilégio da escolha da origem da parceira, praticamente um terço dos africanos escolheram crioulas, ao passo, que apenas um quinto dos crioulos se deram ao desfrute de desposar uma africana. Isto posto, parece que os africanos e africanas, ao dominarem o universo cultural brasileiro, adquiriam um escopo maior de códigos culturais por meio dos quais podiam entabular diálogo com seus parceiros. Embora pudessem tender à endogamia, aparentemente também poderiam transitar bem fora dela.

Seja como for, outros elementos também devem ajudar a entender os fatores pelos quais, a bem das conhecidas pechas imputadas pelos crioulos aos vindos de África, estes últimos tinham entre os homens acima de 16 anos duas vezes mais esposas que os crioulos; e entre as mulheres 50% a mais de maridos que as crioulas.

¹⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999.

Tabela 5: Africanos e Crioulos de grandes propriedades do Vale do Paraíba por sexo, origem e tipo de ocupação (1829-1880).

Tipo de ocupação	Crioulos		Crioulas		Africanos		Africanas		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Aprendiz	3	0.1	0	0.0	3	0.1	2	0.1	8	0.4
Doméstico	50	2.4	166	7.9	38	1.8	92	4.4	346	16.5
Especializado	356	17.0	5	0.2	404	19.3	4	0.2	769	36.6
Mando	13	0.6	0	0.0	38	1.8	0	0.0	51	2.4
Mestre de ofício	1	0.05	0	0.0	7	0.3	0	0.0	8	0.4
Roça	292	13.9	310	14.8	206	9.8	110	5.2	918	43.7
Total	715	34.1	481	22.9	696	33.1	208	9.9	2100	100

Fontes: Inventários *Post Mortem* – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/RJ) e Centro de Documentação Histórica (Vassouras/RJ)

A tabela 5 pode nos mostrar que tipo de ocupação exerciam, com maior probabilidade, cada grupo. Em primeiro lugar, é possível perceber que, dos que possuíam alguma indicação de tipo de ocupação, cerca de 43% era indicado como sendo trabalhador do eito. Em proporção não muito distante destes, estão os especializados, computando aproximadamente 36%. Óbvio está, que, dos que não possuem nenhuma indicação de atividade, a sua ocupação principal não era especializada, posto que a posse de conhecimentos especializados ampliava o valor do cativo, merecendo, por tanto, um registro no inventário. Não obstante a isso, a proporção entre africanos e crioulos nos trabalhos pode ser sinalizada pelas indicações feitas nos levantamentos dos inventários.

Nos cuidados da casa, o que se vê são 2,4% dos crioulos a serviço direto das necessidades essenciais de seus proprietários, enquanto apenas 1,8% dos africanos o fazem. No caso das mulheres, mão de obra preferencial para a casa, já que 3 de cada 4 trabalhadores domésticos eram mulheres, a proporção se aproxima de duas entre três escravas domésticas sendo crioulas. É possível que relações forjadas desde a infância, representadas tão bem na aquarela “Jantar Brasileiro” de Jean-Baptiste Debret, tenham sido determinantes para a consecução de posições possivelmente mais cômodas de trabalho, relações afetivas muito mais estreitas com seus senhores – das quais seria paroxismo a ama-de-leite –, proximidade aos filhos, entre outras pretensas vantagens.

Entre os especializados, assim como entre os casamentos, os africanos levam alguma vantagem sobre os crioulos. Embora seja uma diferença relativamente pequena, dos 715 crioulos com uma ocupação definida, 356 são especializados, o que equivale dizer, praticamente metade deles eram ferreiros, carpinteiros, oleiros, tanoeiros, falquejadores,... Enquanto com os africanos, a conta é um pouco diferente: dos 696 africanos com ocupação registrada, 404 são registrados como portadores de um ofício. Isso equivale dizer que cerca de 60% dos africanos lograram tornarem-se reconhecidos como detentores do ofício de seu trabalho.

Mais uma vez, a ancestralidade pode ser a chave para compreender as diferenças. Se voltarmos, por um momento, à tabela 1, retomando o percentual elevado de africanos, sendo mais da metade dos cativos presentes nos inventários que pudemos amealhar, nos primeiros 20 anos e maioria entre os homens nos vinte anos seguintes à Lei Euzébio de Queiroz, os africanos reuniram, ao longo do período estudado, condições preferenciais no acúmulo de experiências de trabalho que os facultaram ser registrados em percentual ligeiramente maior que os crioulos como escravos especializados. Não nos é possível saber se alguns destes conhecimentos profissionais foram trazidos na travessia ou se, por outro lado, o foram adquiridos aqui. Uma das poucas dicas que temos nos vem de Alberto da Costa e Silva. Segundo o Embaixador, uma das razões por não encontramos, nem na documentação pictórica nem nos relatos coevos, referências a senzalas de planta redonda, modelo comum de residência nas regiões exportadoras de escravos para o Brasil, é que os artesãos eram de valor elevado dentro do mercado africano, por isso não era rentável escambá-los com o mercado atlântico.¹⁵ Ao que parece, então, há uma grande probabilidade de que os africanos especializados tenham adquirido seu ofício no Brasil, como parte de sua trajetória à ladinização. Não obstante a isso, o volume de africanos especializados é proporcionalmente maior que o dos crioulos.

E mais: as posições de mando também são proporcionalmente mais ocupadas por africanos. Trata-se, pois, do posto de feitor ou capataz, o que controla o ritmo e as idas e vindas dos escravos em suas lidas. Em alguns casos, parece ter sido estratégica a escolha de um feitor escravo para o controle dos seus companheiros. A confirmar estas nossas especulações está o caso do escravo Miguel Benguela da fazenda do Retiro, de propriedade de Marcelino José de Avellar, segundo o processo crime número 104664543019 da coleção TJERJ disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra.¹⁶

Antes do mais, é preciso conhecer a história que deu origem ao processo. Era o ano de 1844, durante a colheita do milho. Após labutarem desde o nascer do sol por cerca de quatro horas os escravos costumavam parar para o almoço. Nesse dia tudo tinha transcorrido como de costume, talvez não se pudesse perceber a desgraça que se avizinhava, a não ser pelos olhos de fúria do feitor Bento Luiz. Sendo português ilhéu, mais precisamente da Terceira, no vigor e destempero dos seus 28 anos, Bento feriu algumas das tácitas regras que sustentam o frágil castelo de cartas das relações escravistas: aplicou um castigo, ou seja, uma surra no escravo Basílio em momento impróprio. Assim alegaram

¹⁵ SILVA, A. da Costa. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2004. pp. 215-224.

¹⁶ Agradecemos a generosidade de nossa aluna da graduação de História da USS, Priscila Ferreira Bento, que nos cedeu algumas das informações levantadas com acuidade e competência para sua monografia de final de curso.

os depoentes que relataram ter Basílio apanhado na hora errada e ter o feitor jogado sua comida aos animais. A resposta foi um violento espancamento, desferido em três sessões por 58 pares de mãos e pés, que desferiram toda sorte de golpes no corpo do incauto Bento. A surra só teve termo quando a turba enfurecida julgou estar espancando um corpo sem vida, incapaz, portanto, de sentir o peso da vingança, certamente também produto de ódios muitos, estocados, sabe-se lá por quanto tempo, nessas almas cativas. O berço do conflito foi o túmulo da negociação.

Após julgar serem réus de assassinato, os agressores pedem asilo na fazenda Ribeirão Alegre, vizinha à Retiro. Curiosamente, a notícia do crime chegou aos ouvidos do senhor Marcelino não por meio de um livre, solidário a Bento, todo quebrado entre as espigas recém-colhidas e as cortantes folhas de milho. O escravo africano Miguel Benguela, a quem nos referimos anteriormente, foi o portador das trágicas notícias para seu senhor. Não sabemos por que Marcelino retardou a ação contra os escravos criminosos por vinte e quatro dias. Talvez não quisesse seguir o rigor da lei, talvez os escravos estivessem foragidos, ou apenas estivesse mais interessado no fim da colheita que na punição dos culpados.

Independentemente dos motivos que levaram Marcelino a protelar em quase um mês as suas ações repressivas, interessa-nos destacar o escravo que lhe alertou para os problemas que estavam em curso nas suas terras. Não obstante o depoimento dos escravos que classificaram feitor e senhor como maus, alguma razão levou Miguel Benguela a um rasgo de cooperação com seu mau senhor, em favor de um mau feitor. É possível que Miguel não tenha feito todo esse juízo, apenas correu para cumprir o que julgou ser sua obrigação e, quiçá, isentar-se de qualquer envolvimento com o ocorrido, já que era capataz da fazenda. Por si só o processo já nos revela informações bastante interessantes sobre Miguel. Em primeiro lugar, sabemos que veio da África Ocidental, além disso, sabemos que logrou atingir uma ocupação que classificamos como sendo de mando. De boçal a capataz, esta foi a jornada que Miguel fez desde que aportou no Brasil até o ano de 1844.

Marcelino não sobreviveu muitos anos após este episódio na fazenda Retiro. Em 1848 já se encontrava aberto o seu inventário, onde há mais informações sobre Miguel Benguela. As novas informações tornam Miguel um caso emblemático do que vínhamos sugerindo até aqui. Além de africano e capataz, o inventário de Marcelino nos informa que ele era casado e sapateiro. Organizando tudo: africano, aparentado, especializado e com função de mando.

Mas há mais uma informação que chama a nossa atenção no inventário: Miguel aparece promovido de capataz a feitor. Sem dúvida o gesto de consciência perpetrado por ele em favor dos interesses de seu senhor lhe valeram a confiança necessária para a dita

promoção. No entanto, é provável que a posição estratégica de feitor em uma escravaria maculada pela experiência da rebelião, tenha levado Marcelino a escolher alguém com certa aceitação e legitimidade junto aos seus cativos. Isso poderia ser um gesto de boa vontade para com seus escravos, pondo-lhes alguém mais familiar que um galego ilhéu para comandar, alguém que saberia aplicar os castigos certos na hora certa. Para ambos, senhor e cativos, era a esperança de que as regras tácitas que permitem a reprodução da escravidão no tempo não fossem drasticamente violadas novamente.

De um modo geral, o fato de que africanos, mais velhos em média, tenham sido três vezes mais freqüentemente escolhidos para um cargo de profundas características políticas como esse sugere que, não apenas junto aos senhores, os africanos tinham algum respaldo pelo desenvolvimento de suas estratégias, mas, segundo postulamos, entre os seus pares cativos a ancestralidade lhes conferia prestígio, para além das pechas que já nos são familiares. Isso reforça a hipótese de que entre crioulos e africanos, não apenas havia diferenças, mas havia uma tendência à hierarquização, possivelmente com africanos no topo.

A dificuldade de reconhecer e mapear as dissensões entre africanos e crioulos é que existe a possibilidade dela ter se consubstanciado entre grupos familiares ou comunitários distintos. Por outros meios: visto que, até onde conhecemos, boa parte das estratégias escravas giravam em torno dos laços familiares, é possível que africanos e crioulos do mesmo núcleo familiar cooperassem em detrimento de crioulos e africanos de outros núcleos ou de africanos chegados mais recentemente. Pais africanos com filhos e netos crioulos poderiam ser cooperativos, possibilitando o ingresso de crioulos nas posições conquistadas pelas estratégias africanas, que apresentamos anteriormente. Porém, como se trata de um sistema de recursos parcos, a disputa entre grupos familiares ou de um destes com os que não fazem parte dele, seria um elemento não desprezível na consecução de alianças e dissensões políticas. Tal como é possível perceber em outros conjuntos sociais, a união geracional de escravos possivelmente reproduzia estratégias, com seus pactos e rixas, no tempo. O que equivale dizer que certos grupos de crioulos podem estar, na verdade, perpetuando as afinidades engendradas por seus ancestrais africanos em uma determinada região escravista.

Daí, talvez, um grupo ancestral de africanos arque com o peso maior na implantação das estruturas que sustentam certo região escravista. Sendo o tráfico a fonte preferencial para a manutenção dos níveis populacionais cativos, a implantação de qualquer atividade em uma área escravista se faz pela aquisição inicial de um grande contingente de africanos e porções menores de crioulos. No caso do Vale do Paraíba, em particular as regiões de Vassouras e Paraíba do Sul, nos primeiros anos da nossa amostra, já com algum atraso em

relação à introdução primeira do café na região, somados homens e mulheres africanos, temos cerca de três quartos dos braços que labutavam. É provável que este percentual não tenha sido menor nos primeiros anos de implantação, ao contrário, pode ter sido ainda maior. Mas seja como for, esta proporção mostra o que tentamos dizer sobre a ancestralidade dos africanos e o seu provável custo aos negros que foram tomados pela diáspora. Se foram os primeiros, os africanos foram também os que arcaram com a limpeza dos matos e a preparação inicial das terras, com a maior parte das construções para abrigar o complexo da cafeicultura, entre outras coisas.

O resultado desse custo aparece, possivelmente, nas anotações de enfermidades. Embora imprecisas e vagas, com ampla maioria de adscritos apenas como “doentes” ou outras expressões inespecíficas, nos foi possível identificar quais os sistemas atacados pelas enfermidades anotadas nos inventários. O resultado dessa operação encontra-se expresso na tabela 6.

Tabela 6: Africanos e Crioulos de grandes propriedades do Vale do Paraíba por sexo, origem e sistema acometido por moléstia (1829-1880) – por mil.

Sistema	Crioulos		Crioulas		Africanos		Africanas		Total	
	#	‰	#	‰	#	‰	#	‰	#	‰
Circulatório	4	1.0	0	0.0	11	2.3	8	4.1	28	2.1
Cutâneo	11	2.8	3	1.1	20	4.2	2	1.0	53	4.0
Digestivo	8	2.0	5	1.8	30	6.3	4	2.0	46	3.4
Geral	3	0.8	2	0.7	23	4.8	26	13.2	67	5.0
Inespecífico	77	19.6	54	19.9	126	26.5	65	33.1	432	32.4
Linfático	1	0.3	1	0.4	2	0.4	3	1.2	9	0.7
Motor	91	23.2	12	4.4	231	45.5	25	12.7	435	32.6
Nervoso	3	0.8	2	0.7	4	0.8	1	0.5	18	1.3
Reprodutor	0	0.0	3	1.1	0	0.0	1	0.5	11	0.8
Respiratório	9	2.3	3	1.1	8	1.7	4	2.0	35	2.6
Sensor	11	2.8	4	1.5	32	6.7	9	4.6	75	5.6
Urinário	4	1.0	10	3.7	5	1.1	2	1.0	24	1.8
Total	222	56.6	99	36.4	492	100.5	150	75.9	1233	92.3

Fontes: Inventários *Post Mortem* – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/RJ) e Centro de Documentação Histórica (Vassouras/RJ)

Como o volume de escravos assentados com registro sobre seu estado de saúde é bastante pequeno, os dados apresentados não se encontram em porcentagens, mas são por mil. Ainda assim, é possível perceber que um valor se destaca na tabela: africanos com problemas no aparelho motor. De fato, os crioulos, e as africanas em menor medida, também eram afetados por distúrbios no aparelho motor, mas no caso dos crioulos, a proporção era cerca da metade de casos encontrados na população de africanos acometida com um problema similar. Além disso, os distúrbios gerais e incapacitantes – descritos apenas como imprestável, inutilizado, sem valor, dentre outras expressões – também

atingiam em maior proporção os africanos e africanas. De igual modo, o sistema sensor, cutâneo e digestivo dos africanos também era alvo mais freqüentemente de moléstias, o que equivale dizer que nas senzalas das formosas fazendas, hoje turísticas, de Vassouras e Paraíba do Sul encontravam-se mais africanos quebrados das costas e da virilha, chagados, bobados¹⁷, cegos, opilados, etc.

Temos então um aparente paradoxo: africanos que tendem a deter um certo número de bens simbólicos e materiais mais freqüentemente que seus companheiros de cativos nascidos no Brasil e, ainda assim, são acometidos com maior freqüência por vários tipos de moléstia. O paradoxo é, pois, apenas aparente, já que as áreas da anatomia afetadas pelas doenças de que tratamos aqui são exatamente os sistemas que mais sofrem em condições intensas de trabalho e com deficiências na alimentação. Obviamente que a atividade intensa dos primeiros anos, quando da construção da fortuna da família proprietária e de criação do *modus operandi* escravista da região, deteriorava pernas e braços com mais intensidade.

Em certo sentido, poderia se objetar que a idade, em média consideravelmente maior nos africanos, seria a grande responsável pela freqüência de assentamentos de doentes do aparelho motor entre os africanos. No entanto, entre os crioulos, os braços, pernas, juntas e ossos aparecem com alguma disfunção digna de nota em 1,7% dos homens até 22 anos, média de idade de crioulos com este tipo de problema. Os africanos até 22 anos de idade foram acometidos por moléstia semelhante em mais 3% da população, indicando que não ter sido a idade a única responsável pelos defeitos na motricidade dos africanos. Com isso, não estamos aventando que os crioulos foram poupados das dores do ser cativo, porém, não passando pelas torções de seu mundo na captura em uma razia, na marcha até o litoral, na viagem nos porões negreiros e na exposição em mercado, e nascendo num sistema já mais ou menos acordado de limites de trabalho, seu sistema motor não foi levado ao mesmo nível de exaustão. Também ao sistema digestivo e ao sensor: a avitaminose, o trauma – da captura, da travessia e da venda no mercado – e a construção dos primeiros momentos da estrutura escravista regional podem tê-los forçado mais intensamente que aos dos crioulos. Esse pode ter sido o preço da ancestralidade.

Conclusão

Em resumo: se assim o foi, os africanos podem, por força das circunstâncias, ter pago uma parcela mais volumosa da conta da escravidão e, quiçá por isso mesmo, terem

¹⁷ Bobas são bulbos, feridas semelhantes a bolhas que se desenvolvem na pele de forma localizada ou disseminada.

sido beneficiários preferenciais dos poucos recursos disponíveis dentro do micro-sistema do Vale do Paraíba. Temos então, após essas breves considerações que as identidades crioula e africana podiam representar mais que simplesmente a origem do cativo. A bem de toda a reconstrução das várias identidades africanas engendradas na América, a partir de porções trazidas nos porões dos negreiros na travessia, outra forma de identificação, por nós estabelecida como “africana” apenas por força da limitação no conhecimento mais profundo de suas particularidades, pode ter sido necessária à construção da sociedade escravista do Vale do Paraíba ao longo do século XIX.

Óbvio está, que a conformação social tal qual a sugerimos, com o princípio da ancestralidade regendo parte das relações cativas e dos cativos com os senhores, não esgota o conjunto das relações, menos ainda exprime uma identidade realmente trazida da África. A necessidade da construção sócio-econômica na América, como dito antes, demanda uma ordem e a circunscrição de cada grupo para a atribuição de um papel social definido e irredutível, que, principalmente para o caso da escravidão, parece que ainda resta-nos desvendar.

Bibliografia Citada

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp. 1982.

BAQUAQUA, Mahoma Gardo. **Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1977.

CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos no Rio setecentista”. in FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, Cativo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. pp. 15-78.

CURTO, J. “Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876”. in **AFRO-ÁSIA**. Número 033. 2005. pp. 67-86.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, J. Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

_____ e MACHADO, Cacilda (orgs). **Ensaio Sobre a Escravidão (I)**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003, pp. 189-200.

_____ ; RIBEIRO, Alexandre e SILVA, Daniel. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”, in **AFRO-ÁSIA**. Número 031. 2004. pp.83-126

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Fátima e BICALHO, Fernanda. **O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001

HILL, Pascoe Grenfell. **Cinquenta dias a bordo de um navio negro**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006.

KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras. 2000.

Revista Brasileira de História & Ciências Sociais

Volume 1 - Número 2 - Dezembro de 2009

www.**rbhcs**.com

ISSN: 2175-3423

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, A. da Costa. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2004.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999.

XAVIER, Ângela B. e HESPANHA, Antonio M. "Representação da sociedade e do poder". In: HESPANHA, A. M. (coord.) **História de Portugal. Antigo Regime**, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, pp.121-145.

Recebido em *Maio* de 2009

Aprovado em *Setembro* de 2009